



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CAMPUS JAGUARIBE

MINUTA

Procedimentos de Identificação, Acompanhamento e Realização do Plano Educacional Individualizado de Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (PEI – ENEE) do IFCE

Regulamenta os procedimentos para identificação, acompanhamento e realização do Plano Educacional Individualizado de Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (PEI – ENEE) do IFCE.

Legenda:

Nova redação

Propostas de exclusão

Observações/perguntas

Capítulo I Do Regulamento

Art. 1º Este Regulamento estabelece procedimentos para identificação, acompanhamento e realização do Plano Educacional Individualizado de Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (PEI – ENEE) que, em decorrência de deficiência, transtornos específicos, limitações transitórias ou permanentes, transtorno do Espectro Autista (TEA), transtornos funcionais específicos, outros Transtornos que afetam a aprendizagem e Altas Habilidades/altas habilidades/Superdotação que necessitem de adaptações razoáveis e/ou acessibilidade curricular.

Parágrafo único. Para cada estudante com necessidades educacionais específicas que demandam de acessibilidade curricular, de qualquer curso ofertado pelo IFCE, deverá ser elaborado um Plano Educacional Individualizado de Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (PEI – ENEE) do IFCE.

Capítulo II Da conceituação de pessoas com deficiência

Art.2º Consideram-se pessoas com deficiência aquelas previstas no art.2º da Lei Nº 13.146/2015, no art. 5º §1º do Decreto Nº 5.296/04, e para efeitos legais, aquelas com transtorno do espectro autista, conforme art. 1º da Lei 12.764/12, cujo detalhamento segue abaixo:

a. deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de

paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b. deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c. deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d. **deficiência intelectual** : funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais;

utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho; deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências;

O termo deficiência mental está em desuso.

e. pessoa com transtorno do espectro autista: aquela que possui síndrome clínica caracterizada na forma de: deficiência persistente e clinicamente significativa de comunicação e interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Art.3º Os estudantes que apresentarem outro tipo de necessidade específica como transtornos funcionais específicos da aprendizagem, que são definidos por distúrbios de (dislexia, disgrafia, discalculia, dislalia, disortografia, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade), dentre outras condições limitantes da aprendizagem **ou altas habilidades/superdotação, também estão contempladas nas normas estabelecidas neste regulamento.**

Desnecessário esse final do Art. 3º, já que o Art. 4º inclui de forma mais abrangente as altas habilidades/superdotação

Art. 4º Incluem ainda, estudantes com altas habilidades/superdotação, que demonstram potencial elevado em qualquer das áreas intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, isoladas ou combinadas, além de apresentar elevada criatividade, alto desempenho na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse

Seção I

Da Identificação

Art. 5º A identificação de discentes com necessidades específicas poderá ocorrer das seguintes formas:

a. **no ato da matrícula**: quando o estudante assinala a opção que o qualifica como Pessoa com Deficiência (PcD), ou quando indica necessidade de atendimento específico não transitório;

b. **de forma espontânea**: a qualquer tempo, quando o próprio discente ou a família apresentam a demanda à instituição ou;

c. **por identificação:** quando servidores (docentes ou técnico-administrativos), percebem sinais de necessidade de atendimento educacional específico ou de alguma característica relacionada aos Arts.2º e 3º

Art. 6º No ato da matrícula, realizada na Coordenadoria de Controle Acadêmico (CCA), o estudante com alguma necessidade educacional específica deve reiterar a informação sobre a sua limitação, seja ela uma deficiência ou outra especificidade.

Parágrafo único. Conforme Lei 13.146/15, deverá ser garantido o direito de o estudante recusar o apoio, o acompanhamento e demais procedimentos previstos (Anexo II).

Art. 7º Em todas as formas de identificação supramencionadas no artigo 5º, as informações desses estudantes ingressantes, deverão ser encaminhadas à Gestão máxima de Ensino do *campus*, ao NAPNE, à CTP, CAE e **Coordenação de Curso**.

Acrescentar as coordenações de curso já deixaria esse setor ciente dessas informações

§1º A comunicação deverá ser via Ofício, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), anexando o documento comprobatório feito no processo de matrícula, quando a referida identificação for feita no ato da matrícula ou no formulário modelo (Anexo III), quando a identificação for feita de outra forma.

É ético passar essa informação via sistema eletrônico nos casos em que a identificação ocorreu apenas pelo professor ou outro membro da comunidade escolar?

Art. 8º Todos os formulários apresentados neste regulamento, são sugestões de modelo. Caso o *campus* identifique necessidades de melhoria, poderá elaborar seus próprios formulários, desde que atendam às suas especificidades para o melhor atendimento dos estudantes.

Seção II

Do acolhimento

Art. 9º Uma vez realizados os procedimentos estabelecidos na seção I, a gestão máxima de ensino do *campus* deve no processo SEI, comunicar a demanda identificada, via ofício ao NAPNE, CTP, CAE e **Coordenações de Curso** para que estes em conjunto, realizem o planejamento do acolhimento inicial aos/às estudantes identificados/as com deficiência e/ou outros tipos de necessidades específicas mencionados nos artigos 2º e 3º, deste regulamento.

Parágrafo único: A comunicação deve ser registrada no processo SEI aberto anteriormente, na fase de identificação da demanda (artigo 7º).

Art. 10 O NAPNE, a CTP e a CAE coletarão e registrarão no anexo III, de forma objetiva informações sobre o histórico de vida pessoal e acadêmica sobre o estudante com deficiência, os procedimentos pedagógicos adotados e recursos específicos (tecnologia assistiva e/ou material acessível), que já teve acesso nas instituições pelas quais passaram, e que vão precisar para a inclusão desses estudantes.

Art. 10 Em relação a investigação sobre a história de vida do aluno, um profissional de psicologia ou na sua ausência, o profissional de serviço social e/ou pedagogia ou de assuntos educacionais que, preferencialmente, seja vinculado ao NAPNE fará a coleta de informações e o registro conforme os registros necessários. O NAPNE, a CTP e a CAE coletarão e registrarão no anexo III, de forma objetiva, as informações sobre o histórico de vida pessoal e acadêmica do estudante com deficiência, os procedimentos pedagógicos adotados e recursos específicos (tecnologia assistiva

e/ou material acessível), a que já teve acesso nas instituições pelas quais passou, e que vai precisar para a inclusão deste. Ao tempo que encaminham essas informações para o NAPNE e CTP.

Essa proposição acima justifica-se pela indefinição de quem vai construir uma anamnese do aluno. É necessário colocar nos editais de ingresso que o aluno PCD deve trazer o relatório de aprendizagem relacionado à vida escolar da escola de origem.

§1º O NAPNE no *campus*, atuará como articulador, mediador do processo de acolhimento e acompanhamento do estudante.

§1º O gestor máximo de ensino designará entre os setores NAPNE, CTP, CAE e a Coordenadoria do Curso, aquele que atuará como articulador, mediador, gestor do processo de acolhimento e acompanhamento do estudante

Poderia estar definido o setor. Qual a diferença entre mediador e articulador?

§2º Não havendo NAPNE no *campus*, o gestor máximo de ensino designará o setor articulador mediador do processo de acolhimento e acompanhamento do estudante.

Art. 11 Durante o acolhimento, devem ser realizadas e registradas no PEI-ENEE, além de outras possibilidades:

- a. Escuta inicial do estudante e/ou familiares, por um profissional de psicologia ou na sua ausência profissional de serviço social e/ou pedagogia ou de assuntos educacionais que, preferencialmente, seja vinculado ao NAPNE, fazendo os registros necessários.
- b. Levantamento do histórico educacional de atendimentos e procedimentos anteriormente desenvolvidos para o estudante, com finalidade de constituir o atendimento mais adequado possível à realidade do/a discente e da instituição. Tal procedimento, realizado preferencialmente, pelo NAPNE (quando este estiver implantado no *campus*), em conjunto com CAE e/ou CTP.
- c. Construção, de forma colaborativa, pelo docente, com apoio dos profissionais que atuam no NAPNE, CAE, e CTP, das adaptações razoáveis e/ou acessibilidade curricular dos componentes curriculares a serem cursados pelos/as estudantes contemplados com PEI – ENEE.
- d. Apresentação do PEI – ENEE com a proposta de atendimento do/a estudante ao/à próprio/a discente e aos familiares (quando menores de 18 anos ou interditado ou que necessitem de assistência familiar) para que tomem conhecimento e colaborem com sugestões sobre os procedimentos a serem adotados.

Parágrafo único. Conforme estabelecido na Lei nº 13.146/15, deverá ser garantido o direito do/a discente de recusar o apoio, os acompanhamentos e demais procedimentos previstos, mediante registro de declaração (em anexo), devidamente assinada pelo/a estudante ou responsável, a ser arquivado no processo), a depender da situação atendida pela equipe.

Art. 12 A apresentação de laudo médico (ou declaração) não é pré-requisito obrigatório para dar início à realização do PEI – ENEE, ou outros encaminhamentos, que se fizerem necessários ao melhor desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem do discente.

Parágrafo único. Nos casos de estudantes que tiveram acompanhamento anterior e/ou concomitante ao seu ingresso no IFCE, recomenda-se a apresentação de relatórios, parecer e/ou quaisquer outros documentos que apresentem o trabalho realizado com o estudante, assim como sua evolução ao longo desse período.

Art.13 As informações sobre o estudante devem ser restritas à gestão máxima de ensino do *campus*, aos/às servidores/as que compõem o NAPNE, a CAE, CTP, Coordenação de curso, e ao docente, não sendo permitido o compartilhamento dessas informações com discentes e comunidade externa, tendo em vista a garantia do sigilo às informações.

Art.13 As informações sobre o estudante devem ser guardadas com o devido sigilo ético, podendo ser acessadas pela equipe multiprofissional (NAPNE, a CAE, CTP, gestor máximo) para fins de ações didático-pedagógicas restritas à gestão máxima de ensino do *campus*, aos/às servidores/as que compõem o NAPNE, a CAE, CTP, Coordenação de curso, e ao docente, não sendo permitido o compartilhamento dessas informações com discentes e comunidade externa, tendo em vista a garantia do sigilo às informações.

QUE TIPO DE INFORMAÇÃO. PORQUE DEPENDE DA CONDIÇÃO DE CADA ALUNO, POIS ARTICULAÇÕES COM EQUIPE MULTIPROFISSIONAL IRÃO ACONTECER. O QUE PRECISA É O TRATAMENTO ÉTICO DAS INFORMAÇÕES.

Parágrafo único. Observar ainda estabelecido na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, LEI Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Capítulo III

Do Plano Educacional Individualizado de Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas PEI – ENEE

Art. 14 Para cada estudante com necessidades educacionais específicas que demandam de acessibilidade curricular, de qualquer curso ofertado pelo IFCE, deverá ser elaborado um PEI – ENEE (modelo - anexo II).

Parágrafo único. Não será impedimento para realização das adaptações curriculares, a falta de informações da vida escolar do/a estudante.

Como se dará o fluxo do encaminhamento, caso o aluno não apresente diagnóstico médico?

PRECISA DESENVOLVER MELHOR ESSA IDEIA DO FLUXO

Art. 15 O PEI – ENEE é um recurso pedagógico com foco individualizado no estudante e tem por finalidade otimizar o processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência ou outras especificidades. Este Plano é imprescindível para que sejam traçados os caminhos e adaptações necessárias para o discente.

§1º O PEI-ENEE deve:

- a. ser construído de forma colaborativa pelos profissionais da instituição, entre eles, o corpo docente dos componentes curriculares, aos quais o estudante esteja cursando, o colegiado de curso, o NAPNE, CTP, CAE, coordenador de curso.
- b. apresentar ações de natureza pedagógica, **que podem ser sugeridas e** compartilhadas entre professores/as, profissionais técnico-administrativos, gestores/as, mães, pais e/ou responsáveis, os quais se responsabilizam pela avaliação, implementação e, quando possível, pelo próprio estudante. **Cabendo ao NAPNE acompanhar a implementação do PEI no processo educacional de cada aluno.**

A ideia é permitir a construção e acompanhamento por todos os envolvidos

§2º Durante o planejamento e o replanejamento da proposta de trabalho do PEI-ENEE, recomenda-se ao docente submeter esse Plano ao debate junto a turma que leciona e onde o estudante com necessidades específicas esteja cursando. Sendo possível, incluir o próprio estudante.

Não há necessidade de expor o aluno dessa maneira. Pode haver uma “adaptação”, levando em conta a turma na qual ele está inserido.

Art. 16 As adaptações curriculares devem ser registradas no PEI – ENEE e serem desenvolvidas e desenvolvidas com ciência dos/as envolvidos/as.

§1º A instituição elaborará um relatório de acompanhamento digital, por meio do Napne e CTP de cada *campus*, que funcione como repositório de informações de cada estudante com necessidades educacionais específicas, com a finalidade de facilitar o acesso e a comunicação entre os setores que atuam diretamente no atendimento ao estudante, devendo-se atentar ainda aos princípios da LGPD.

Definir qual o setor, NAPNE ou CTP, ajudaria na implementação da proposta. (§1º do art. 16)

§2º Até a implementação da ferramenta referida no parágrafo anterior, os processos de acolhimento e acompanhamento do estudante devem ser alimentados no SEI pelo *campus* ou em outra ferramenta que otimize a organização, o controle e o sigilo das informações.

Art.17 No Plano devem constar os recursos e tecnologias assistivas necessárias para o melhor atendimento ao/à estudante.

§1º A tecnologia assistiva ou ajuda técnica referem-se à produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

TECNOLOGIA ASSISTIVA É UM CAMPO DE ESTUDO POUCO EXPLORADO PELA ESCOLA E QUE DEMANDA PROFISSIONAL QUALIFICADO COMO O PROFESSOR DE AEE. QUEM VAI SE INCUBIR DESSA AÇÃO?

§2º As Tecnologias Assistivas, bem como os recursos didáticos e pedagógicos que eliminem barreiras no processo de ensino e aprendizagem, devem ser incorporadas ao cotidiano escolar.

Art. 18 A gestão máxima de ensino do *campus* deve designar preferencialmente o NAPNE, ou outro setor, entre os envolvidos no acompanhamento ao discente com deficiência e com necessidades específicas, para organizar e manter o registro das adaptações razoáveis curriculares realizadas pelos/as professores/as e demais equipes dos segmentos envolvidos nesse acompanhamento, para que, ao final do itinerário acadêmico, se tenha dados sobre os processos de inclusão e permanência.

ESSA INDEFINIÇÃO QUANTO AO ACOMPANHAMENTO E REGISTRO DAS INFORMAÇÕES DO ALUNO PODE GERAR UMA INEFICIÊNCIA E CONFUSÃO, RESULTANDO EM MOROSIDADE E MAIS TRANSTORNOS.

Art. 19 Ao final da trajetória acadêmica do/a estudante, a documentação produzida deverá ser arquivada na sua pasta individual na Coordenadoria de Controle Acadêmico (CCA).

Capítulo IV

Das adaptações curriculares

Art.20 As adaptações curriculares são propostas educativas cuja finalidade é propiciar espaços de múltiplas convivências, de conhecimentos e trocas variadas, diferentes linguagens, identidades, socializações, aprendizagens e desenvolvimento da autonomia de todos/as os/as estudantes. Tais adaptações, caracterizam-se por modificações promovidas no currículo, de forma a permitir e promover a participação produtiva dos alunos com necessidades educacionais específicas no processo de ensino e aprendizagem, sendo procedimentos que vão se materializar na metodologia de ensino e na utilização de materiais de apoio.

Parágrafo único: A criação de condições físicas, ambientais e materiais para o aluno no âmbito do *campus*; como por exemplo, a adaptação do ambiente físico escolar; a aquisição do mobiliário específico necessário; a aquisição dos equipamentos e recursos materiais específicos; a adaptação de materiais de uso comum em sala de aula; a capacitação continuada dos professores e demais profissionais da educação, são fatores que fortalecem a qualidade do atendimento ofertado ao estudantes com necessidades específicas e as adaptações curriculares propostas.

Para implementar adaptações curriculares, como estão descritas neste documento, faz-se necessário a dispensa de recursos, a qualificação dos profissionais da educação por meio de formação continuada e um profissional responsável para coordenar tais ações. De onde virão os recursos? De acordo com a política de educação inclusiva, o professor de AEE é o profissional que exerce esse papel, e nesta proposta quem será?

Art. 21 As adaptações devem:

I. Propor ajustes necessários e adequados e/ou criar condições a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;

Precisa de um profissional que faça essa leitura de como o aluno está interagindo nos diferentes ambientes da escola, mantendo o contato permanente com a família, bem como com os conteúdos escolares, para então propor e implementar as mudanças necessárias, inclusive a construção de recursos.

Sugerimos a criação de uma sala de recursos onde aconteça o AEE, bem como um profissional com carga horária exclusiva para essa sala.

II. Ser consideradas conforme as especificidades apresentadas pelo/a discente no contexto escolar e subsidiada a partir do diálogo entre docentes e profissionais que fazem parte da equipe multidisciplinar do *campus*.

Art.22 Para discentes com altas habilidades/superdotação, as adaptações podem:

I. incorporar programas de estudos acelerados, flexíveis no ritmo, tarefas e/ou assunto de outras áreas de conhecimento, desde que seja um plano inter e transdisciplinaridade;

II. enriquecer e diversificar os conteúdos com ampliações curriculares na disciplina a qual o estudante cursa e/ou em diversas disciplinas por meio da inter e transdisciplinaridade.

Como será feito o diagnóstico de alunos com esse quadro, caso eles não apresentem um diagnóstico médico? Definir esse procedimento logo nesse documento é muito

importante, já que esse público costuma sofrer pela falta de acesso da família a profissionais que possam diagnosticá-los precocemente.

Art. 23 As adaptações feitas pelo docente, durante o planejamento de suas aulas constituem-se de **pequenos ajustes** (ajustes necessários) dentro do contexto de sala de aula sendo realizadas a partir do PEI – ENEE.

Seria bom evitar esse termo “pequenos ajustes”, pois limita a atuação do professor, ou sugere que as adaptações que precisarão ser feitas são mínimas.

Parágrafo único: As adaptações no currículo podem ocorrer sobre:

- I.a forma de ministrar determinados conteúdos;
- II.o ordenamento de dinâmicas de trabalho;
- III.a adequação didática, espaços diferenciados de construção de saberes;
- IV.à modificação de procedimentos, de atividades alternativas, complementares, de nível de complexidade e sequenciação;
- V.à seleção e adaptação de materiais previstos;
- VI.à adaptação dos instrumentos avaliativos, modificação técnica;
- VII.alternância de formas de avaliar, buscando mecanismos de personalização do processo avaliativo para uma avaliação processual e descritiva;
- VIII.introdução de critérios específicos de avaliação;
- IX.adaptação dos critérios de avaliação da aprendizagem, entre outros os quais o docente e/ou a equipe do *campus* entender serem necessários.

Para que a instituição promova adaptações curriculares de forma adequada e eficiente será necessário designar um profissional com perfil similar ao de um profissional de AEE que possa desenvolver uma visão mais global e integralizada das ações a serem realizadas no percurso educacional de cada aluno. Tal profissional deve ser inserido em um curso de formação específica oferecido pelo IFCE, bem como o desempenho desse trabalho acrescido em sua carga horária total, além de receber no contra-cheque um acréscimo no seu prolabore.

Capítulo IV

Do acompanhamento

Art.24 A partir da elaboração do PEI – ENEE será feito o acompanhamento e a supervisão, do desempenho do estudante, pelo próprio professor, pela gestão máxima de ensino do *campus* em articulação com NAPNE, CAE, CTP e Coordenação de curso, o docente e a equipe julgarem ser necessário.

Parágrafo único: Durante o acompanhamento ao estudante devem ser realizados:

- a. atendimentos periódicos realizados conforme necessidade do tipo de atendimento/ acompanhamento, podendo ser feito por pelo menos um dos setores a seguir: NAPNE e/ou, CAE/CTP, e/ou Coordenação de curso, entre outros setores, quando a equipe local julgar necessário;

Deixar claro quantos atendimentos deveriam ser realizados nesse período serviria para calcularmos quantas sessões seriam possíveis ao docente.

- b. os atendimentos devem ser registrados em relatórios individuais, e/ou coletivos, quando a equipe local necessitar realizar tais procedimentos.

c. As datas e o local (devidamente reservado), para atendimento devem ser previamente definidos pela gestão máxima de ensino do *campus*, ouvindo os setores supracitados;

Essa definição deveria ser de responsabilidade primeira do docente, visto que o atendimento dependerá do seu horário disponível ao atendimento discente.

d. atendimentos pelo docente nos momentos de atendimento aos estudantes. Tais atividades uma vez realizadas junto ao discente devem ser apresentadas ao setor responsável, designado pela gestão máxima de ensino, para fins de acompanhamento contínuo.

e. encontros bimestrais, envolvendo gestão máxima de ensino do *campus*, o professor, do componente (s) curricular (es) ao (s) qual (is) o estudante está cursando, o NAPNE, a CAE, CTP, Coordenação de curso, a partir de informações recebidas durante a fase de acolhimento, com a finalidade de:

I. planejar e replanejar estratégias de ensino e de aprendizagem

II. planejar adaptações razoáveis e/ou acessibilidades curriculares,

III. avaliar e replanejar, caso haja necessidade o PEI – ENEE visando a realização de possíveis ajustes, tendo em vista a flexibilidade deste Plano.

Qual é o tipo de atendimento que será prestado? Atendimentos individuais específicos (estimulação cognitiva, braille, libras, dentre outros)? Não há condições materiais, físicas e humanas para tais atendimentos.

f. articulação com a rede local de atendimento à pessoas com necessidades específicas. Ex: órgãos ligados à saúde, assistência social, conselho municipal da pessoa com deficiência ou outro órgão de atendimento, quando for necessário.

A proposta de inclusão do item “f” se dá pela necessidade de articulação com a rede, uma vez que, durante o acompanhamento, poderá surgir demandas que perpassam as atribuições da instituição de ensino.

Art.25 O Regulamento de Atividades Docente (RAD) estabelecerá carga horária para a atividade de Atendimento de Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas.

Qual o tipo de atendimento que está sendo proposto ao professor? Se o docente pode usar esse atendimento dentro do horário de atendimento aos outros discentes, corre-se o risco de priorizar aquele em detrimento deste.

§1º Uma vez sendo atendido o artigo 25, ficará a critério do docente, com base no reconhecimento do perfil dos seus estudantes com necessidades educacionais específicas, definir:

I. se os estudantes supramencionados serão atendidos no horário estipulado exclusivamente para discentes com necessidades educacionais específicas ou;

II. se serão atendidos no horário de atendimento estabelecido para orientação aos demais estudantes.

§2º A identificação da necessidade do atendimento de orientação a esses estudantes, pelo docente, poderá ser:

- a. pela equipe participante do processo de acolhimento do aluno;
- b. pelo docente durante o desenvolvimento de suas aulas e;
- c. pelo próprio estudante ou sua família.

§3º O horário destinado ao atendimento educacional aos/às estudantes com deficiência e necessidades específicas deverá, ser previamente planejado no período de organização dos horários de aulas e disponibilizados aos discentes e a gestão máxima de ensino, em cada período letivo.

- a. constar no Plano Individual de Trabalho (PIT);
- b. divulgar no *campus* amplamente, o horário de atendimento;
- c. informar no Relatório de Trabalho Individual (RIT), se houve ou não, o cumprimento da carga horária destinada ao atendimento de orientação aos estudantes.

§4º Será considerada carga horária cumprida, quando da comprovação do atendimento aos estudantes nos horários citados nos incisos I e II, pelo docente.

Capítulo V

Da avaliação da aprendizagem

Art. 26 É conferido aos/às discentes com necessidades específicas a possibilidade de serem avaliados/as sob formas ou condições adequadas à sua situação, considerando seus limites e potencialidades, facilidades ou dificuldades em determinadas áreas do saber ou do fazer, e contribuindo para o crescimento e a autonomia.

Art. 27 A avaliação deve:

- a. incidir, sobretudo, na forma de ministrar o conteúdo e no método de avaliação, não no conteúdo desta, exceto no caso de discentes com Deficiência Intelectual e/ou Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) com adaptações razoáveis e/ou acessibilidades curriculares PEI – ENEE;
Não houve uma compreensão clara da alínea “a” desse artigo! O termo “exceto” estaria empregado corretamente?
- b. considerar as especificidades apresentadas pelo/a discente no contexto da sala de aula, evitando generalizações por deficiência;

Art. 28 Na elaboração das atividades avaliativas de aprendizagem, é importante observar que tais atividades devem ser adaptadas às necessidades educacionais específicas do estudante com deficiência e que deve ser considerada a diferença do aluno no seu potencial e não com base na sua limitação.

Parágrafo único. A avaliação pode ser adequada ao estudante, considerando ainda o aspecto do desenvolvimento profissional, com base em informações a serem pesquisadas pelo docente no mundo do trabalho (conselhos profissionais e outras formas) sobre, de que forma determinadas atividades ou atribuições profissionais são ou podem ser desenvolvidas pelos estudantes com necessidades educacionais específicas. De posse dessa informação poderá serem definidas diferentes estratégias que podem ser utilizadas para ensinar e para avaliar a aprendizagem a depender das especificidades de cada profissão.

Art. 29 As formas e métodos de avaliação deverão ser estabelecidas por mútuo acordo entre o/a docente e o/a discente, recorrendo, o docente julgar necessário, ao parecer do NAPNE e da Coordenação Técnico – Pedagógica.

a. Os enunciados das atividades avaliativas deverão ter apresentação adequada ao tipo de deficiência (informatizados, ampliados, registros em áudio, caracteres Braille, tradução/interpretação em Libras, e tantas outras possibilidades), e as respostas poderão ser dadas sob forma não convencional (por registro em áudio, em Braille, por ditado, registro informatizado, tradução/ interpretação em libras, etc.);

b. A avaliação em conformidade com o princípio da equidade, deve disponibilizar para o/a discente com necessidades educacionais específicas tecnologias assistiva e/ou recursos físicos relacionados a sua necessidade (canetas especiais, reglete/punção, sorobã ou ábaco, lupa, calculadora, entre outros);

c. O tempo adicional para se viabilizar a adaptação da avaliação pelo/a estudante - deve ser considerado nos casos que impliquem maior morosidade de leitura e/ou escrita, para que o/a estudante consiga concluir a avaliação;

d. O/A docente deve proporcionar apoio ao/à estudante com necessidades específicas, na forma de consulta a dicionários, tabelas, ou a outros materiais durante a avaliação quando o/a docente julgar ser necessário;

e. Proporcionar ao/à discente a realização da avaliação em local separado e/ou em outro momento, sempre que se justifique;

f. Os prazos de entrega de avaliações escritas poderão ser alargados nos termos definidos pelo/a docente, caso as particularidades do/a discente o recomendem.

Art. 30 Caso seja necessário, em caso de dificuldade para realização de alguma atividade avaliativa, o docente poderá solicitar auxílio de um servidor do *campus* (podendo ser docente ou técnico administrativo) ou outro profissional contratado para tal fim.

§1º A solicitação será feita com antecedência à coordenação de curso. Esta por sua vez se articulará com a gestão máxima de ensino para tratar da pauta, desde que seja em até dois dias úteis antes da realização dessa atividade.

Parágrafo único: A descrição acerca do auxílio de profissionais de apoio constará em instrumento próprio para tal fim.

Art. 31 O/A estudante que não tenha atingido os objetivos mínimos de aprendizagem para aprovação no (s) componente (s) curricular (es) em que estiver matriculado/a, após a realização de todas as adaptações curriculares possíveis de serem realizadas, deverá ser submetido a análise do conselho de classe, quando se tratar de discentes matriculados/as nos cursos técnicos integrados ao ensino médio ou em reuniões de Colegiados de cursos, quando se tratar de estudantes de cursos técnicos concomitantes, subsequentes, e/ou pós-graduação graduação, para fins de avaliação da sua evolução no processo ensino-aprendizagem, observando os avanços, as limitações e os encaminhamentos e decisões.

Capítulo VI

Do apoio no cotidiano escolar

Art. 32 Entre outras atividades de apoio que podem ser prestadas ao estudante com necessidades educacionais específicas, destacam-se:

Para garantir esse apoio precisamos de profissionais qualificados e recursos materiais específicos, além de um espaço próprio para as coordenações destas ações de inclusão.

- a. Tradução e interpretação de português para Libras e da Libras para o português;
- b. Transcrição e impressão braille;
- c. Ampliação de letra para estudantes com baixa visão;
- d. Aquisição de materiais como canetas especiais, reglete/punção, sorobã ou ábaco, lupa, calculadora falante, computador, leitor de tela, teclado, computador, tablet entre outros;
- e. identificação das necessidades dos/as estudantes e envio para gestão máxima de ensino do *campus*, e providenciar a compra via administração e/ou orientar estudante a solicitar via auxílio apoio pedagógico na Assistência Estudantil.

Art. 33 As ações citadas no artigo anterior podem ser realizadas com o auxílio preferencialmente do NAPNE, considerando os limites de sua capacidade operacional e competência, ou em segunda opção, por outro setor designado pela gestão máxima de ensino.

Parágrafo único: As solicitações devem ser encaminhadas ao NAPNE, quando houver, ou à CTP, à CAE e à Gestão máxima de Ensino, com antecedência de até de 10 (cinco) dias à aula e/ou atividade.

Art. 34 Sempre que se justificar pelo princípio da equidade, deverá ser conferido em sala de aula, aos/às discentes que necessitam de atendimento específico, o direito de:

- a. uso de tecnologia assistiva e/ou recursos físicos relacionados a sua necessidade (canetas especiais, reglete/punção, sorobã ou ábaco, lupa, calculadora falante, computador, leitor de tela, entre outros) e de ter
- b. atendentes pessoais, acompanhantes, **e profissionais de apoio** que se fizerem necessários, como Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Tils), dentre outros, observando-se as orientações apresentadas em documento específico pelas seguintes pelas, Pró-reitorias de Gestão de Pessoas (PROGEP, de Extensão (PROEXT) e de ensino (PROEN).

[Ratificamos que para prestar estes apoios o campus precisa de profissionais especializados que possam desenvolver um plano de adaptações curriculares, incluindo a confecção de tecnologias assistivas, portanto demandando recursos financeiros.](#)

Capítulo VI

Disposições Finais

Art. 35 Os casos omissos deverão ser analisados e resolvidos no âmbito do *campus*, de forma articulada entre Gestão Máxima de Ensino, professor do estudante acompanhado, coordenador de curso, representações dos segmentos envolvidos neste trabalho e colegiado de curso.

Art.36 Este regulamento entra em vigor a partir da data de sua publicação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

CERQUEIRA, Maria Teresa Almeida. Currículo Funcional na Educação Especial para o Desenvolvimento do Aluno com Deficiência Intelectual de 12 a 18 anos. Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1068-4.pdf>. Acesso em: 29 de jun. 2017.

Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Decreto nº 6.094, de 24/04/2007 - Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

Decreto Nº 5.626/2005 - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999 - Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 - Dispõe sobre a educação especial o atendimento educacional especializado e dá outras providências

Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro DE 1999

Lei nº 13.005, de 25/06/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Lei nº 8.069 de 13/07/1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

LEI Nº 13.234, de 29 de dezembro de 2015. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação.

Lei 10.436/02. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

Lei Nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

Lei Nº 7.853 de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

_____. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

_____. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais/coordenação geral: SEESP/MEC; organização: Maria Salete Fábio Aranha. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf>

_____. Ministério da Educação. NOTA TÉCNICA Nº 04, de 2014/MEC/SECADI/DPEE. Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

Nota técnica 001/2015 Proext/Proen/IFCE. Orientação quanto à elaboração e utilização de recursos didáticos e pedagógicos adaptados aos estudantes com deficiência.

Parecer CNE/CEB nº 17/2001 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Projeto Escola Viva. Garantindo o acesso e permanência de todos os estudantes na escola-estudantes com necessidades educacionais específicas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, C327 2000 I 96 p.

Resolução Nº 64, de 28 de maio de 2018 que aprova a alteração da Resolução Nº 50, de 15 de dezembro de 2015.

SEE-MG. Plano de Desenvolvimento Individual do Aluno – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação. Superintendência de Educação. Diretoria da Educação Especial.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Colégio de Aplicação. Proposta Pedagógica da Educação Especial. 2014. Disponível em http://www.ca.ufsc.br/files/2015/04/Proposta_Pedagogica_Inclusao_CA_2014.pdf

(formulário a ser inserido no SEI ou em outra ferramenta de acompanhamento que possa ser desenvolvida)

ANEXO I

ESTUDANTE PcD

Identificação após ato da matrícula

FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO

Ata de reunião do Departamento de Ensino

Setor demandante: _____ Setor demandado: _____

Nome do/a estudante _____ Matrícula: _____

Curso _____ Ano: _____ Período letivo: _____

Nome e assinatura do/a responsável pelo atendimento:

Ass.: _____

Motivo do encaminhamento:

Recebido em: / /

Servidor Responsável: _____

Assinatura: _____

(formulário a ser inserido no SEI ou em outra ferramenta de acompanhamento que possa ser desenvolvida)

Anexo II

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que eu, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CPF nº **XXXXXXXXXXXXXXX**, na condição de pessoa com deficiência e tendo ingressado por reserva de vagas nesta instituição, ou informado após, período de matrícula, estou ciente de que tenho direito ao apoio, acompanhamentos e demais procedimentos previstos no Plano Educacional Individualizado de Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (PEI – ENEE) do IFCE. Declaro, outrossim, que me recuso a receber os acompanhamentos e demais procedimentos supramencionados. _____, _____ de _____ de 20____.

Em caso de não aceite do Atendimento Institucional justificar o motivo:

_____ / _____ / _____ / _____

Assinatura do estudante: _____

(Em caso de estudante menor de 18 (dezoito) anos):

Assinatura dos pais ou responsável: _____

(formulário a ser inserido no SEI ou em outra ferramenta de acompanhamento que possa ser desenvolvida)

Anexo III
FORMULÁRIO DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR

Nome do/a estudante: _____
Curso: _____ Matrícula: _____
Data de Nascimento: _____ Idade atual: _____
Componente curricular: _____ Docente: _____
Deficiência/Necessidades Específicas: _____
Ano – Semestre: _____
Nome da Mãe: _____ Escolaridade: _____
Profissão: _____ Nome do Pai: _____
Escolaridade: _____ Profissão: _____

Histórico do estudante (históricos e/ou relatórios)	
Adquirir, se possíveis cópias de históricos e/ou relatórios referentes a antes de ser aluno do IFCE, trazidos pelo estudante	
A importância da descrição de um breve do histórico da vida pessoal e acadêmica desse estudante se faz necessária para que o professor tenha uma ideia mais abrangente da trajetória do mesmo.	
Descrição das necessidades específicas	
Detalhar as condições do estudante o que ele necessita. Ex: Se o estudante é cego: sua condição é: cegueira. Do que ele precisa de: Braille, Leitor de telas... A importância da breve descrição das necessidades educacionais específicas desse estudante se faz necessária para que o docente tenha uma ideia mais abrangente das possibilidades de interação com esse estudante, para que possa elaborar estratégias metodológicas de acordo com as suas especificidades.	
Conhecimentos, Habilidades, Capacidades, Interesses, Necessidades. (O que sabe? Do que gosta/afinidades? Potencialidades?)	Dificuldades apresentadas

Adaptações Curriculares
stão anexar o Programa de Unidade Didática do componente curricular)
Definir objetivos específicos para o estudante com foco nas adaptações razoáveis curriculares , a partir dos objetivos previstos para o componente curricular.
Conteúdos Programáticos (Docente)
É possível priorizar e/ou substituir conteúdos, dependendo da necessidade, a ser avaliada junto ao corpo docente que atende o estudante e equipe de apoio.
Metodologia (Docente)
Para alcançar os objetivos específicos estabelecidos, registrar as estratégias diferenciadas para o trabalho em sala de aula, para os horários de atendimento, assim como os recursos didáticos utilizados, A metodologia deve considerar as especificidades de cada componente curricular, tendo em vista às possibilidades de flexibilização/adaptações curriculares, atividades diferenciadas, recursos/materiais, bem como estratégias de mediação sistemática das intervenções nas aulas.
Avaliação (Docente)
Definir quais instrumentos e como serão aplicados. Recomenda-se oportunizar diversas formas de expressão da aprendizagem. Exemplos: projetos educacionais (ensino, pesquisa, extensão), atividades diferenciadas (seminários, debates, provas individuais e/ou em duplas), observando o nível de desempenho e contribuição do estudante no desenvolvimento do componente curricular. A avaliação deve considerar as especificidades de cada componente curricular, tendo em vista às possibilidades de avaliações diferenciadas, recursos/materiais, bem como estratégias de mediação sistemática das intervenções nas aulas, que possam avaliar a estudante em seus progressos individuais e de crescimento em seu percurso acadêmico.
Parecer (Docente)
Descrever avanços do estudante, considerando as metas previstas para ele e principais dificuldades. Procurar mencionar as propostas que tiveram êxito e aquelas que não tiveram, o que se observou em ambos os casos. Pontuar o que pretende para a próxima etapa, em termos de objetivos específicos de atuação junto ao estudante. Também destacar aspectos do seu desenvolvimento social. Caso o estudante tenha acompanhado a turma realizando as mesmas atividades propostas para os demais, sem necessidade de adaptações razoáveis e/ou acessibilidade curricular, mencionar.
Encaminhamentos
Definir providências a serem adotadas pela equipe e professor durante a execução do próximo plano.

Assinaturas:

Docente: _____
 Coordenador de Curso: _____
 NAPNE (responsável): _____
 CTP (responsável): _____
 CAE: Assistência Estudantil (responsável): _____

Observações:

Realizar o planejamento conjunto com os professores dos diferentes componentes curriculares;
 Identificar interesses e vias de acesso d estudante para qualificar a mediação entre ele e os professores;
 Desenvolver metodologias, recursos pedagógicos, flexibilização, adaptações e estratégias que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;

Flexibilizar objetivos conceituais, utilizando diferentes procedimentos de avaliação, adaptando-os aos diferentes estilos e possibilidades do estudante;

Orientar e engajar a família quanto ao processo pedagógico e acompanhamento do estudante na escola;

Favorecer o desenvolvimento das funções executivas de atenção, memória e planejamento;

Estimular a troca de saberes e experiências nas diversas atividades realizadas em sala de aula, qualificando, dessa forma, o processo de inclusão;

Aprimorar habilidades relacionadas à apresentação de trabalhos, organização do material das disciplinas (cadernos, trabalhos, etc.);

Instigar a atenção e compreensão das explicações e questionamentos feitos em aula;

Compartilhar e colaborar nas mediações individualizadas feitas pelos professores com o estudante;

Envolver os estudantes em práticas pedagógicas que levem ao exercício da solidariedade, alteridade, respeito e ações colaborativas na turma, qualificando a interação e inclusão do estudante em diferentes contextos e espaços escolares;

Auxiliar com intervenções pontuais quando necessário;

Possibilitar situações de ensino/aprendizagem, tendo como parâmetro as inteligências múltiplas;

Promover ações que valorizem reconhecimento de suas capacidades e não suas limitações.

(formulário a ser inserido no SEI ou em outra ferramenta de acompanhamento que possa ser desenvolvida)

ANEXO IV
REGISTROS DE ATENDIMENTOS (sugestão de modelo)

Nome do (a) Estudante: _____ Matr. _____

Semestre: _____ Número do diário _____

Setor: _____

Data	Atendimento	Assinatura do/a Estudante

